

A estratégia econômica

Sabemos que, depois da reunião de Carajás, o problema no qual o governo está concentrando atenções é o de como conseguir recursos para o financiamento do crescimento econômico, principalmente a médio e longo prazo. A curto prazo, como se está verificando no momento, o setor privado está se movimentando para investir recursos que havia estocado, por assim dizer, no mercado financeiro. Mas é preciso garantir que o fluxo de investimentos na economia seja não apenas permanente, mas crescente, de modo a alcançar, como já dissemos há dias aqui, um nível compatível com as necessidades do nosso desenvolvimento.

O ministro Dílson Funaro, em informação transcrita na semana passada pelo jornal *Gazeta Mercantil*, diz que sua equipe desenvolve agora um trabalho de "engenharia financeira para remontar, em alicerces muito firmes, com a economia estabilizada, a estrutura de financiamento dos investimentos".

De modo geral, a história dos investimentos na economia brasileira tem mostrado uma estrutura geral mais ou menos contínua que configura o seguinte: o governo captava a maior parte dos recursos, para investimento, internos e, numa fase posterior, também externos, e ou os investia diretamente ou os redistribuía para setores privados escolhidos ou prioritários. Ainda continua a ser essa a estrutura básica do nosso sistema de investimentos, embora operando, hoje, em escala menor, uma vez que a taxa global de investimentos em relação ao PIB baixou.

Esse modelo, digamos assim, deu origem a distorções crescentes, que estão à vista de todos. De um lado, investimentos diretos governamentais superdimensionados, ociosos ou desnecessários, ao lado, sem dúvida, de outros necessários e bem equacionados; de outro, muito desperdício de recursos que, se geridos pela iniciativa privada, poderiam ter sido melhor empregados; uma terceira distorção se manifestou na escolha dos setores privados que deveriam investir recursos governamentais, nem sempre os mais indicados do ponto de vista do interesse nacional, nem sempre com os destinatários mais competentes e cuidadosos. Isso sem mencionar a margem de operação que é deixada para a corrupção, a malversação e a dilapidação quando se têm recursos públicos entregues simplesmente à iniciativa privada, ou, ainda, a margem de barganha política que se estabelece por baixo do pano entre autoridades e beneficiários de tais recursos.

Enfim, o balanço que podemos fazer hoje em dia mostra que o modelo de investimentos via governo funcionou parcialmente, criou algumas coisas importantes, mas foi perdulário e negligente em muitos aspectos, defeitos que absolutamente não podem mais conviver com a nova fase da nossa economia, na qual a eficiência e a eficácia terão de ser palavras-chaves.

Parece-nos que a equipe do ministro Funaro tem consciência disso, uma vez que ele próprio, ao falar das etapas daquela mencionada obra de "engenharia financeira", opina que "é básico criarmos garantias ao aplicador de mais longo prazo, uma espécie de seguro".

Ora, isso pressupõe, de um lado, um modelo de investimentos mais alicerçado na utilização de poupança voluntária e, de outro, mais administrado e orientado pela iniciativa privada. Sim, porque, se o dinheiro é do aplicador individual, este só se sentirá realmente seguro se souber para que e como está sendo aplicado este dinheiro e de que modo será possível remunerá-lo ou resgatá-lo. Não há dúvida de que tal acompanhamento é muito mais completo e transparente quando o recurso está sendo gerido pela iniciativa privada.

Trata-se, portanto, de um momento em que é importante atrair o interesse de investidores privados e ao mesmo tempo criar um ambiente de confiança para que ele se sinta não apenas seguro, como também desembaraçado para decidir.

Ora, entre os diversos mecanismos e instrumentos através dos quais flui o investimento privado, o dinheiro do investidor individual, é claro que está, por exemplo, o mercado de ações, seus corretores e os diversos fundos que nele atuam, sejam fundos institucionais, na qualidade de aplicadores, sejam fundos de ações ou investimento, na qualidade de captadores de recursos para esse mercado.

O governo, portanto, se é que prepara realmente uma política de atração de investimentos privados, a par de cuidar com atenção de um ambiente político positivo e de uma atitude administrativa geral também positiva, há de convir que os seus instrumentos de regulação e acompanhamento desse mercado merecem ser prestigiados, e que, além disso, é preciso convencer todo o setor privado que aí opera — e que é um dos mais dinâmicos e modernos da nossa economia — de que a clareza e a objetividade das regras, praxes e normas tornaram-se questão de natureza estratégica.

Sabemos que existe no mercado de ações uma concepção de que ele deve ser o mais livre e desembaraçado possível, e que, quanto mais o governo nele interfere, mais o atrapalha. É preciso, todavia, não confundir interferência com colaboração construtiva. O governo, certamente, não deveria participar do mercado, como parte interessada nas transações; não deveria, também, ficar ditando e mudando regras a toda hora, dizendo de que modo o mercado deve funcionar; mas pode perfeitamente exigir que os procedimentos do mercado todo, suas regras, suas praxes, sua ética e até mesmo suas operações antiéticas se tornem de conhecimento público, "transparentes", como está em moda dizer, e formem uma jurisprudência capaz de garantir o aplicador e até o próprio mercado contra as freqüentes manobras de aventureiros.

Todo mundo sabe que um sólido mercado de capitais é fundamental para qualquer regime de livre iniciativa e para multiplicar os investimentos. Todo mundo sabe que o desenvolvimento dos mercados de capitais nos países avançados não foi uma história pacífica e tranquila; ao contrário, foi cheia de lances sensacionais, alguns, e desastrosos outros. Essa experiência internacional, hoje consolidada em minuciosas regras, pode e deve perfeitamente servir para orientar a regulação e

auto-regulação desse mercado no Brasil. E o próprio governo, uma vez assentadas tais regras, terá de ser contido na sua tentação de servir-se do mercado ou usá-lo casuisticamente, em benefício das suas necessidades, mas em prejuízo do desenvolvimento brasileiro de longo prazo.